

Não é esta a posição de Régis, que limita a sua reflexão à junção de discursos e ideologias, num exercício de saudável lazer intelectual. Que não esquece, todavia, que o Museu é hoje feito não tanto para mostrar as suas obras, de forma a que se verifique uma interrogação permanente em quem as vê, sente, ouve e cheira, mas para evidenciar «algumas» no sentido de criar ou condicionar a criação de «uma Memória» e de «uma História». Mas necessariamente o seu percurso terá de chegar, e chegou noutros livros, a uma lógica de objetividade: o que foi e é a História do Brasil, como processo que se projeta ao longo do tempo, como historiografia e como memória? O perigo que hoje encontramos é o que agora se chama de «Ciência Aberta», em que se perdeu a especificidade da História e ela se mistura com todo o tipo de conhecimento (a *Internet* tem favorecido esse percurso), numa conceção pouco clara de algo que se classifica – até nas livrarias – de «Ciências Sociais e Humanas», o que redundava normalmente num exercício de reflexão sem rumo certo, de mistura de conceitos pouco definidos, de saberes pouco especializados... O Mundo – este «Mundo plano» – é cada vez mais uma Grande Interrogação, mas a Resposta não vem de um saber amalgamado e, por vezes, fácil de seguir, que se propõe fazer Grandes Diagnósticos e dá, por vezes, Grandes Soluções, que se vem a perceber não o serem.

O livro de Francisco Régis Lopes Ramos sobre «A Poeira do Passado» leva-nos, pois, aos mundos diversos do Passado e será certamente completado – como já foi antecedido em outras obras mais académicas – por outros livros do autor, que virão a refletir de forma mais pessoal sobre a História e sobre as suas interrogações e possibilidades científicas e interventivas. É – repito – um belo livro que reflete sobre o que chama a «poeira do passado» («restolho do tempo») lhe chamou Fernando Catroga), e terá de ser completado por outras obras, quiçá diferentes mas que darão a este nova substância.

LUÍS REIS TORGAL  
Faculdade de Letras da UC  
lreistorgal@gmail.com

[https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_34\\_13](https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_13)

Sobre o conteúdo da forma  
(Resposta à resenha do prof. Dr. Luís Reis Torgal)

Na recente arguição da tese de doutorado de Joelma Tito, que tive o prazer e o privilégio de orientar na UFC, o prof. Durval Muniz advertiu que as suas indagações não cobriam, em princípio, cientificidade, e sim certas adequações ao estilo literário de uma tese de história. Entendido ficou que se estava diante de uma escrita com características próprias, ou melhor, articulada por lógicas discursivas particulares e composta por procedimentos

metodológicos e teóricos que precisam ter coerência interna e interação com as legitimidades acadêmicas. Gostei da ideia de tese como estilo literário (obviamente, delimitado por debates realizados em um lugar de poder, ou seja, o mundo dos programas de pós-graduação). Ao contrário do que possa parecer inicialmente, isso acaba dando ao próprio conhecimento histórico mais rigor e mais desafios a quem o produz, porque não basta mais apenas produzi-lo, mas também criá-lo e questioná-lo na própria escrita.

É a partir dessa noção do «estilo literário de tese», inevitavelmente a depender dos critérios adotados por quem avalia, que inicio o meu comentário, ou minha resposta, à resenha de Luís Reis Torgal para o livro que publiquei em 2014, *A poeira do passado. Tempo, saudade e cultura material*. Honrado e feliz por suas considerações, atenciosas, agudas e tendentes à polêmica (como se vê na sua vasta produção bibliográfica), continuo honrado e feliz pelo convite à continuidade do diálogo crítico.

Não escrevi *A poeira do passado* em estilo de tese. Evidentemente, uma fuga, não apenas pelo prazer de fugir, mas também pela necessidade de fazer o saber histórico correr certos riscos quando assume o «prazer do texto», como diria Roland Barthes. Aí estava em jogo, mais especificamente, o prazer da citação, no sentido que Walter Benjamin dá a esse termo. Citações deliberadamente em excesso, e sem nenhuma submissão à noção moderna de autoria, tal como a estudou Michel Foucault.

Mas, por que isso? Para mostrar que a sensibilidade diante do passado estava permeada não apenas pela visão, mas também pelo corpo, sobretudo o tato e o olfato, e não apenas em uma ou duas correntes de pensamento e de ficção, ou a certos posicionamentos ideológicos, que podem ser didaticamente classificados como direita ou esquerda. A questão não estava restrita a autores e obras, porque circulava em variadas manifestações da cultura escrita, sobretudo a partir do século XVIII. Daí a variedade de escritores. Aliás, o que eu quis mostrar foi exatamente a variedade, ou melhor, o fluxo de uma sensibilidade percorrendo certas maneiras de dar sentido ao tempo.

Sem ter estilo de tese, qual estilo teria o livro? Pergunto-me agora, provocado pela instigante leitura do prof. Luís Torgal. Sinceramente não sei, mas posso dizer que muito me beneficiaram as observações de Baudrillard sobre a potência interpretativa do fragmento e os relampejos de Benjamin sobre a citação. Sendo assim, lembro que, no decorrer da escrita, indaguei-me sobre a necessidade de pôr introdução e conclusão. Oscilei, não sem certa angústia, entre três opções: só introdução, só conclusão ou nenhuma das duas. Fiquei com a primeira, mas hoje seguiria outra possibilidade: faria um *post scriptum*, dizendo mais ou menos o que estou aqui a dizer sobre o conteúdo da forma.

Luís Torgal, com sua erudição generosa e seu apreço à crítica historiográfica, me fez perceber isso. Eu poderia, ou mesmo deveria, ter posto ao final do livro um texto em separado, como um anexo, dando conta do que fiz, ou pelo menos tentei fazer;

não como conclusão, porque isso seria trair a proposta do livro, compromissada com a proliferação quase barroca de citações e fragmentos, em consonância com o caráter disperso da poeira e de outras marcas do tempo, como rachaduras, ruínas, fissuras... Fica, pois, uma ideia para uma possível segunda edição.

Além disso, ou subjacente a isso, um *post scriptum* poderia conter considerações sobre o que parece ter ficado demasiadamente disperso. Responderia de modo mais direto, então, uma justa cobrança: «O que pensa o autor sobre a História? Mesmo o que pensa ele sobre o Museu?».

Ao enveredar por exercícios de fuga, vale destacar, não estou aderindo a «relativismos» ou «pós-modernidades». Aliás, estão aí duas palavras diante das quais não tenho a menor simpatia, por achar que não passam de modismos da sociedade do consumo e do espetáculo. E, o mais grave, são palavras que praticamente eliminam o constante e inadiável questionamento que o saber histórico deve promover no sentido de jamais abdicar da tarefa de evidenciar a ética com a qual se legitima. Nesse sentido, não basta mostrar versões do passado na escrita ou em museus. É absolutamente necessário discutir como essas versões são apreensões realizadas por meio de dispositivos mais ou menos disponíveis, permeados de poderes muitas vezes inconfessáveis, como o próprio poder de justificar certo presente por uma suposta autoridade de determinado pretérito.

Como lugar de construção do passado, o museu é um lugar de poder. Os estudos de historiografia assim compreendem. Mas, não fiz um livro de historiografia, apesar de explicar que não deixei de fazer uma «abordagem historiográfica» levando em conta os ensaios de Stephen Bann a respeito da sensibilidade corporal na história antiquária. Quer dizer, desenvolvi na introdução explicações sobre o tom historiográfico do livro, deixando talvez expectativas nesse sentido. Mas o livro não é, a rigor, de historiografia e muito menos de teoria da história, como bem notou o meu interlocutor.

O que faltou? Retomar isso em um *post scriptum*, destacando autores citados no decorrer do livro, na dispersão que o caracteriza. Aí eu precisaria juntá-los não para fazer resumos ou conclusões (coisa que comprometeria a minha fuga), e sim para dar ênfase à deliberada ambiguidade da proposta: entre a historiografia e a história das sensibilidades (que de certa maneira pode ser chamada de história do corpo). Este “entre” foi apenas praticado, mas não devidamente explicitado, como agora tentei fazer, motivado pela atenta e atenciosa leitura de Luís Torgal, amigo que tem me mostrado um Portugal que só ele saberia mostrar.

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS  
Professor do Departamento de História da  
Universidade Federal do Ceará (Brasil)  
regislopesufc@hotmail.com  
[https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_34\\_14](https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_14)